

CONSTITUINTE NA RETA FINAL



Nunca se viu o Congresso tão agitado como nos últimos dias. Em seus corredores, o folclore convive com o Lobbye antes mesmo que a ressaca do primeiro turno tenha acabado os muitos interesses já definiram o que querem mudar na Carta. O Centrão quer eliminar tudo que prejudique as empresas e a esquerda prioriza a reforma agrária.

Segundo turno já tem cartas definidas

Deputados de Brasília não se intimidam

RITA NARDELLI
Da Editoria de Política

O Centrão quer retrair do texto constitucional aprovado em primeiro turno tudo o que signifique interferência nas leis do mercado e que afete a livre iniciativa.

Os partidos de esquerda vão concentrar esforços na eliminação da proibição da reforma agrária em propriedades produtivas. Falando poucos dias para o início do prazo para apresentação de emendas supressivas — dia 6 —, os partidos e o grupo suprapartidário começam a definir as modificações que tentarão fazer na redação do projeto constitucional.

Bastante adiantado neste trabalho, o Centrão já relacionou quarenta e três itens que serão objeto de emendas supressivas. O PMDB começa a fazer este levantamento na próxima segunda-feira, e o PSB reúne-se na semana que vem com o mesmo objetivo. O PSDB criou grupos para examinar cada título, e o PT tem reunião marcada para o dia 4, a fim de estabelecer as 64 emendas que a bancada encaminhará. As principais supressões que serão feitas pelo PDT, pelo PDS e pelo PFL já estão alinhavadas, mas não há um trabalho conclusivo.

As emendas supressivas mais importantes incidirão sobre os seguintes pontos:

- CENTRÃO**
- limitação em seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
 - licença-paternidade de oito dias.
 - assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.
 - imprescritibilidade das ações trabalhistas na área rural até dois anos após a cassação do contrato de trabalho.
 - definição de que cabe aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devem defender através da greve.
 - voto facultativo para os menores de 16 anos.
 - previsão de que somente empresas estatais poderão explorar os serviços locais de gás canalizado.
 - direito de greve ao servidor público civil.
 - possibilidade de a União instituir empréstimos compulsórios em caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
 - imposto sobre Grandes Fortunas.
 - exigência de que o controle efetivo da empresa, na definição de empresa brasileira de capital nacional, seja entendido como o exercício, de fato e de direi-

to, do poder decisório para gerir suas atividades (o controle efetivo de empresa de tal natureza deve estar de acordo com o texto, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno).

- previsão de que o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- proibição dos contratos de risco na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural.
- limitação da taxa de juros.
- exigência de que sejam de capital nacional as empresas habilitadas a fazer o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais.

PDT

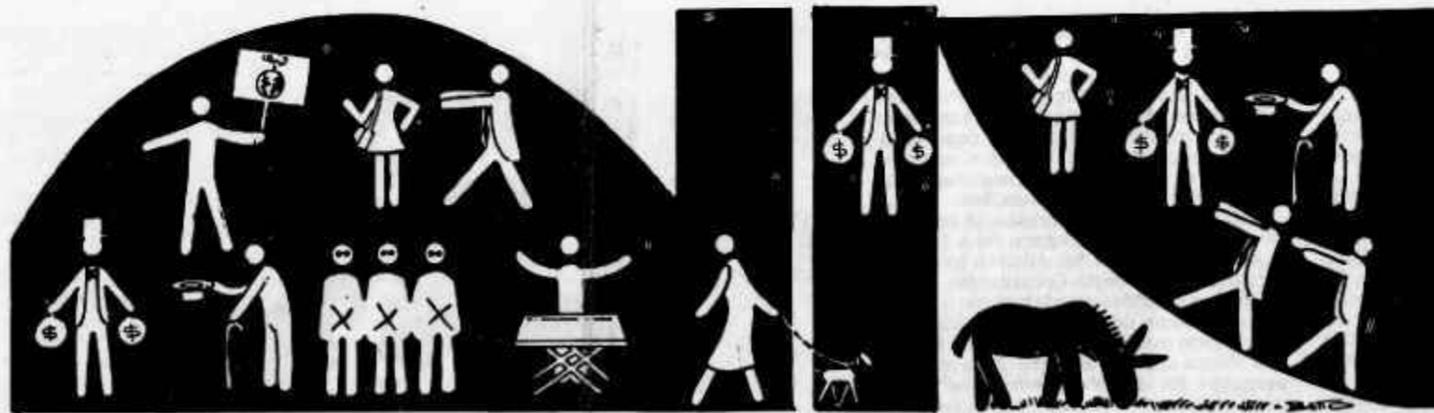
- possibilidade de violação do sigilo das comunicações telefônicas por ordem judicial, nas hipóteses que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual.
- indenização em dinheiro, nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária.
- indenização compensatória para o trabalhador, atingido por demissão imotivada (o PDT entende que isto inviabiliza a proteção contra despedidas arbitrárias).
- possibilidade de a Polícia Federal apurar infrações penais contra a ordem política e social.
- exigência de provas conclusivas para a propositura de ação de impugnação do mandato eletivo por abuso do poder econômico.
- proibição da reforma agrária em propriedades produtivas (o PT e o PSB defendem a supressão).
- participação do capital estrangeiro nas instituições do sistema financeiro nacional.

PT

- equiparação do direito à propriedade ao direito à vida e à liberdade.
- equiparação do terrorismo e do tráfico de drogas ao crime de tortura (inalienável).
- intervenção das Forças Armadas na ordem interna.
- estado de defesa e Conselho de Defesa.

PFL

O PFL apresenta uma emenda que não está incluída na relação do Centrão, e que pretende acabar com a possibilidade de o réu primário responder em liberdade se não houver flagrante delito.



Um mercado persa em pleno Planalto

SUELENE TELES
Da Editoria de Política

Nem só de legislar vive o Congresso Nacional. Ali, sob a efervescência (Câmara) simbólica arquitetada pelo gênio de Niemeyer e debaixo do efeito estufa (Senado), reina a mais absoluta balbúrdia, em um verdadeiro desafio à supremacia histórica da Torre de Babel. Um mercado persa instalado em pleno Planalto Central, onde se ao realizados verdadeiros "negócios da China". São inúmeros os perigos que um descuidado visitante poderá enfrentar, caso quiser entrar sozinho por uma das muitas portas de acesso ao "labirinto".

Primeiramente ele perderá o seu senso de direção, pois à sua frente dezenas de pequenas setas indicarão os mais diversos caminhos para as mais variadas reuniões e encontros. Já aturdido com tantas informações, ele poderá entrar em uma sala e dar de cara com um pastor evangélico, pregando em um púlpito e chamando seus fiéis para "a paz do senhor". Mais à frente irá esbarrar com algum "pira-

do", que vestido exoticamente irá lhe convencer de que o fim do mundo já se avizinha. E, se não ficar esperto, seguramente será levado a comprar um lote em frente à rampa do Congresso Nacional, para ter como vizinhos o Itamarati e o Palácio do Planalto.

Tudo pode acontecer. E quem entra ali pela primeira vez sai com a estranha sensação de que perdeu ou ganhou alguma coisa, porque no Congresso Nacional "rola de tudo", misturando em uma convivência frenética doidivas e malucos, caretas e conservadores. Para os esotéricos a explicação para esses acontecimentos é perfeitamente plausível. Segundo sua visão, está na própria conformação do prédio do Congresso a justificativa para os fatos.

"O prato virado para cima" (Câmara) — dizem — funciona como um potente receptor de energia cósmica, que vai ser conservada no "prato virado para baixo" (Senado) e equilibrada no prédio em forma de H, que se ergue no meio dos dois pratos. Abobrinhas, dilúios alguns. Mas os próprios deputados e senadores se ao primeiros a confirmar

que só se sentem "relativamente seguros" dentro do plenário, livres da sanha de centenas de pessoas que os interrompem pelos corredores com as mais absurdas propostas e pedidos.

Para os aficionados no estilo Spielberg, o Congresso Nacional serve como uma grata recordação dos filmes de Indiana Jones. Pelos corredores da Câmara e do Senado, em um sincretismo de cores e formas, misturam-se exposições de tapetes em macramê e de arte sacra com uma greve de fome de deficientes visuais, expulsos do mercado de trabalho pelo prefeito Jânio Quadros, de São Paulo. Tudo isso sem merecer a atenção das milhares de pessoas que circulam diariamente pelos anexos do edifício central.

Na parte térrea, onde está instalada a rede bancária convive-se com uma verdadeira feira dos Estados. Balanos, gaúchos, golanos e cearenses disputam os fregueses, postados em imensas filas, oferecendo-lhes artesanatos e comidas típicas de seus Estados. É um processo que vem se requintando com o passar do tempo.

Agora, por exemplo, algumas dessas mercadorias já podem ser apreciadas em vitrines, sob as barbas dos fiscais de renda. A economia é invisível, mas o assédio dos vendedores chega a ser acintoso.

Para os parlamentares "são demais os perigos do Congresso". Mais do que o contato com suas bases, a convivência do dia-a-dia no tumulto da Casa Legislativa exige deles uma paciência de Jó e um jogo de cintura de fazer inveja a Nureyev. O petista Luiz Inácio Lula da Silva, se pudesse, invocaria aos céus o poder de se tornar invisível. E assim cruzar os poucos mais de 30 metros que separam do plenário o gabinete onde está instalada a liderança de seu partido. Tudo isso porque ele é o alvo predileto da lobista Cora, que incansavelmente aguarda todos os dias que os parlamentares saiam do plenário para lhes entregar quilos de papel.

Ninguém até hoje conseguiu desvendar a quem ela serve. Os assuntos contidos nos documentos que ela distribui são os mais variados, embora em muitos deles se sinta o cheiro da ar-

dorosa defesa da moral e dos bons costumes. Um outro que é comumente abordado por Cora é o comunista Fernando Santana (BA), que de todas as maneiras tenta despistar a incômoda figura. A impressão que se tem é que ela ainda acredita que petistas e comunistas comem criancinhas.

Nesse verdadeiro mundo de loucos, Cora não é a única presença a incomodar os legisladores. Quando o Congresso é invadido por algum lobby poderoso não fica pedra sobre pedra. Dependendo de suas posições políticas os constituintes podem ser carregados nos braços ou desacatados por centenas de lobistas que, em formação de corredor polonês, aguardam por eles na rampa de acesso ao plenário. No dia em que se votou a anistia aos microempresários, nem mesmo os jornalistas escaparam do ataque dos lobistas da UDR. Ao invadirem o local reservado à cobertura jornalística da Constituinte um deles, de mão na cintura, parou em frente aos profissionais da imprensa e disparou: "Nossa, aqui tem mais mulher que jornalistas...".

"Para tirar todos esses itens, não precisaríamos ter feito uma outra Constituição, porque foram estes os principais avanços que conseguimos", disse a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF), ao comentar a intenção do Governo, anunciada pelo ministro Ronaldo Costa Couto, de derrubar do texto constitucional pontos como a anistia aos micro e pequenos empresários urbanos e rurais, jornada de seis horas, vinculação permanente do trabalhador avulso, a licença gestante de 120 dias e o tabelamento de juros bancários.

Para a deputada, "isso é um horror". Ela admite que a licença-maternidade de 120 dias, possa provocar desemprego para as mulheres, mas somente no início. No caso da anistia para as micro e pequenas empresas rurais e urbanas, Maria Abadia — que foi uma das batalhadoras da emenda — acha que não foi aprovado um calote.

Quanto à limitação da taxa dos juros bancários, a deputada disse que já esperava essa reação do Governo: "A gente sabia que mexendo no sistema bancário ia dar nisso. Eles (os bancários) nunca tiveram prejuízo".

O deputado Sigmaringa Selxas (PSDB-DF) lembra que "o Governo vem fazendo pressões há muito tempo, inclusive distribuindo benesses". Admitiu, no entanto, que no caso da anistia aos microempresários urbanos e rurais poderá até ficar do lado do Governo, embora por convicção e nunca por pressão de quem quer que seja. "Nunca sofri pressões".

O deputado Valmir Campelo (PFL-DF) também diz que não tem razão alguma para mudar suas posições agora no segundo turno de votações em plenário. "De todos esses temas, o único que eu não votei a favor foi o que tabelou em até 12% os juros bancários", assegurou.